



LEI Nº 2.592

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 2.508, de 22 de maio de 1970, que autorizou a criação do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º - Os financiamentos a que se refere esta lei poderão atingir até 10% (dez por cento) das operações, considerando-se:

a) na importação, o valor da saída das mercadorias do estabelecimento importador; e

b) na exportação, o valor das mercadorias, constantes da guia de exportação visada pela CACEX ou pela Delegacia da Receita Federal, conhecimento de qualquer embarque ou contrato de câmbio liquidado”.

Art. 2º - Os financiamentos pela FUNDAP serão destinados, às empresas que tenham sede no Estado do Espírito Santo.

Art. 3º - Os mutuários do FUNDAP ficarão obrigados a investir pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor do financiamento, até o último dia do exercício seguinte ao da contratação, em projeto industrial, agropecuário, de pesca ou de turismo, previamente aprovado pelo Governo do Estado, assegurado em favor dos mutuários o arbítrio quanto à seleção dos projetos e a forma de participação nos mesmos.

Parágrafo único - O mutuário poderá deixar a critério do Estado ou do gestor do FUNDAP a escolha do projeto.

Art. 4º - O Estado reconhece os investimentos a que se refere o artigo anterior como de recursos próprios para o efeito de participação em projetos do sistema do Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969.

Art. 5º - Em cada operação de financiamento serão exigidas pelo gestor do FUNDAP, dos mutuários, no mínimo, as seguintes garantias:

a) promissórias do valor do principal e encargos, emitidas pela empresa e avalizadas por seus diretores e/ou sócios majoritários; e

b) caução de 10% (dez por cento) sobre o valor do financiamento, representado por certificados ou depósitos a prazo fixo ou outros títulos a critério do BANDES.

§ 1º - Até o final do exercício seguinte ao da contratação do financiamento o mutuário caucionará, em substituição aos títulos mencionados na alínea "b", as ações ou títulos representativos do investimento referido no artigo 3º desta lei, no valor nominal de 50% (cinquenta por cento) do valor do financiamento.

§ 2º - A inalienabilidade das ações caucionadas estender-se-á àquelas que venham a ser atribuídas aos seus proprietários a título de bonificação.

Art. 6º - Nas hipóteses do não cumprimento da obrigação prevista o art. 3º ou da não substituição de garantia prevista no § 1º do art. 5º, todos desta lei, ou da prática de infração fiscal prevista nos itens II, alínea "b", VII e VIII do art. 90, da Lei nº 2.261, de 30 de dezembro de 1966, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 2.418, de 26 de junho de 1969, o mutuário ficará sujeito ao pagamento imediato do valor total do financiamento, acrescido dos juros como vencimento antecipado de todas as notas promissórias, emitidas de acordo com o art. 5º da alínea "a", desta lei.

Parágrafo único - Excetuam-se do pagamento antecipado previsto neste artigo as importâncias porventura investidas na forma do art. 3º desta lei, salvo quanto à infração ao disposto no § 1º do art. 5º.

Art. 7º - O Poder Executivo, mediante contrato poderá assegurar às firmas que requererem, a continuidade das operações de financiamento pelo FUNDAP, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, obrigando-se as empresas ao cumprimento de uma programação mínima anual de importação e/ou exportação.

Parágrafo único - Os contratos previstos neste artigo terão eficácia somente após sua aprovação pela Assembléia Legislativa.

Art. 8º - Nenhum direito a indenização ou reparação de qualquer natureza terão as empresas que contratarem a continuidade das operações de financiamento, nos termos do artigo anterior, caso o Estado extinga o FUNDAP nas seguintes hipóteses:

a) modificação da legislação tributária que retire do Estado a competência para tributar mercadorias importadas ou que reduza de forma acentuada o valor de tal tributo; e

b) advento de normas federais ou convênios entre Estados que impeçam a manutenção do sistema de financiamento pelo FUNDAP.

Art. 9º - Na hipótese da extinção do FUNDAP o Estado assegurará às empresas que tenham contratado a garantia da continuidade dos financiamentos na forma do art. 7º desta lei, e cujos contratos ainda não estejam vencidos, a ampliação para 10% (dez por cento) do incentivo previsto no art. 1º da Lei n.º 2 469, de 28 de novembro de 1969, durante o período restante do contrato.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário do Interior e Assuntos da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 22 de junho de 1971.

ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS
NAMYR CARLOS DE SOUZA
LEVY PINTO DE CASTRO
SENATILHO PERIN

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça do Estado do Espírito Santo, em 22 de junho de 1971.

MARIA ELISABETH VIEIRA CONTE
Chefe da Seção de Documentação e Comunicação

(D.O. 23/06/71)